

PERFIL DO MÉDIO RIO NEGRO

O médio rio Negro compreende os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, somando uma extensão territorial de mais de 185 mil km² e pouco mais de 40 mil habitantes. O município de Santa Isabel do Rio Negro, a antiga Tapuruquara, soma 62.846,382 km² em seu território e 18.146 habitantes segundo o último censo demográfico. Já, Barcelos, conhecida também pelo seu nome antigo – Aldeia de Mariuá –, fundada em 1728 e primeira sede da Capitania de São José do Rio Negro, compreende uma extensão territorial de 122.476km² e 25.718 habitantes (IBGE, 2010).

Segundo as categorias de auto identificação étnica do censo do IBGE de 2010, a população de Santa Isabel do Rio Negro apontou: 59,2%, indígena; 30,3% parda; 4,5% branca; 3,2% preta e 2,8% de amarelos e, em Barcelos: 32,5% indígena; 52,8% parda; 9,8% branco; 4% preta e o restante amarela.

A maioria da **população indígena** que habita o médio rio Negro se identifica como Baré e se considera originária da própria região, mas há também diversos grupos oriundos do alto rio Negro, principalmente Tukano, Tariana e Baniwa. No médio rio Negro os diferentes grupos indígenas convivem em uma mesma comunidade ou bairro, casam entre si e também com não-indígenas, constituindo um perfil populacional multiétnico.

A dinâmica social dos povos indígenas rionegrinos privilegia casamentos entre determinadas etnias e outras formas de trocas sociais, comerciais ou ritualizadas. Entre os momentos de troca mais comuns está o dabucuri, uma festa de **ofercimento e recebimento de dádivas entre clãs e afins**, um importante ritual que reafirma as posições étnicas e de grupos familiares. As redes sociais de trocas foram constituídas e também constituíram um intenso e característico fluxo migratório dos povos indígenas do rio Negro e, conseqüentemente, uma grande diversidade sociocultural.

Especificamente para o médio rio Negro, essa diversidade inclui povos indígenas autóctones, povos de outras regiões e uma população tradicional não-indígena, reflexo do histórico de ocupação colonial, dinâmicas migratórias e mobilidade social, intensificados pelos projetos nacionais de colonização e movimentos de exploração extrativista. Estes concentraram na região, durante o século XVIII, quando Barcelos foi a sede colonial da Capitania de São José do Rio Negro, um grande contingente de portugueses, escravos – negros e indígenas – e posteriormente trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro. Em função disto, redes de comercialização local e trocas matrimônias foram resignificadas segundo o modo de vida indígena, transformando-se e também influenciando, em boa medida, a formação das comunidades ribeirinhas hoje existentes.

PERFIL DO MÉDIO RIO NEGRO

Cada comunidade funciona como uma unidade sociopolítica autônoma, com seu próprio administrador – tipo de capitão ou tuxaua – e, quando de maioria católica, um santo padroeiro. Há um certo consenso em relação à divisão das áreas de uso de cada família e comunidade, principalmente: áreas destinadas ao cultivo de roças, trechos de rios e igarapés onde pescam e paisagens de recursos florestais (piaçabais, castanhais, por exemplo). É comum o uso compartilhado das áreas extrativistas.

As comunidades reconhecidas formalmente pelas prefeituras têm acesso a políticas públicas de saúde e educação. No entanto, o cenário atual oscila entre serviços precários ou inexistentes. Muitos indígenas e ribeirinhos alternam temporadas de moradia entre as comunidades e as sedes municipais, ocorrendo também - em menor escala - a morada temporária com parentes que vivem em outras comunidades ou na própria sede municipal. As **alternâncias de moradia** são estimuladas pela sazonalidade das atividades econômicas, disponibilidade de recursos extrativistas nas diferentes localidades e a maior ou menor oferta de serviços como saúde e educação, bem como pela ocasião das férias escolares e festas de santos, cuja dinâmica de trocas e celebrações se assemelha aos dabucuris.

As possibilidades de geração de renda são poucas e consistem basicamente no trabalho assalariado do funcionalismo público e no acesso a benefícios do governo, destacando a aposentadoria, o Bolsa Família e outros programas federais. As **relações de patronagem** (patrão/freguês) e aviamento instituídas na época da exploração da borracha são recorrentes. Trata-se de um sistema no qual o comerciante (patrão), antes de receber o produto (borracha, peixe, fibras vegetais), fornece ao extrativista alimentos e mercadorias industrializadas, chamados localmente de rancho. O alto valor do rancho e o baixo preço pago pelo produto em geral levam o extrativista (freguês) ao endividamento e à obrigatoriedade de manter a relação de trabalho. Esse sistema ocorre majoritariamente envolvendo comerciantes estabelecidos nas sedes municipais do rio Negro e em Manaus, ou donos de embarcações e intermediários nas redes de comércio de peixe comestível, peixe ornamental, castanha e fibras vegetais (piaçaba e cipó).

As alianças interétnicas construídas ao longo do processo de colonização, especialmente as relações de compadrio e as estratégias de casamento entre indígenas e não-indígenas, transformaram as relações estabelecidas e tornaram difícil, num primeiro olhar, diferenciar e classificar sociedade indígena e sociedade não-indígena. Nesta **realidade complexa e pluriétnica**, a identidade indígena está em foco: tanto pela sua marginalização, resquício de um projeto de Nação que pretendia sobrepor ao modo de viver indígena, um outro modelo de sociedade, quanto pela luta dos povos indígenas do rio Negro por reconhecimento de seus direitos e valorização de seus modos de vida.

OS PEIXES E AS PESCARIAS TRADICIONAIS

Pescar e fazer roça são as mais importantes atividades do cotidiano das famílias que moram nas comunidades do rio Negro. As pescarias podem ser feitas de dia ou à noite, por um grupo, um indivíduo, mulheres e mesmo crianças. Mas isso não significa que para pescar não sejam necessários conhecimentos específicos e habilidades técnicas. Estes conhecimentos são transmitidos de geração a geração. As crianças, sobretudo os meninos, são encorajados pelos pais a participar das pescarias diárias e assim aprender sobre os diversos peixes, os ambientes em que vivem, as iscas, as técnicas e os apetrechos de pesca. Os meninos costumam gostar das pescarias, o aprendizado é também diversão, brincadeira.

Algumas formas de pesca são praticadas em determinados momentos do calendário anual, outras são restritas a ambientes específicos (como canais estreitos, lagos, cachoeiras e outros). Alguns peixes, como o cascudo (bodó pequeno, Família *Loricariidae*), podem ser pegos com as mãos, sem uso de nenhum instrumento, enquanto que em algumas pescarias é preciso lançar mão de armadilhas que podem demorar dias para serem construídas.

Os apetrechos de **pesca tradicional** são peças complexas de engenharia que levam em conta: os tipos de peixes, a variação da profundidade das águas e as diferentes paisagens e ambientes. Os conhecimentos específicos para as pescarias associam às técnicas de pesca as regras da relação dos humanos com os peixes. Estas devem obedecer **éticas sociais e culturais de manejo**, as quais determinam os locais onde a atividade é segura, os ciclos ecológicos de vida, os lugares sagrados e, portanto, perigosos, bem como as casas de moradia dos peixes¹, que tradicionalmente pertencem a determinados clãs e famílias, responsáveis pelo seu cuidado e uso. Um bom pescador e os anciões do rio Negro conhecem esses e outros cuidados e, especialmente, os benzimentos necessários para que os peixes não mudem de casa, não fujam e não causem doenças aos humanos. No mesmo sentido, alguns artigos científicos de ictiologia do rio Negro afirmam que a maioria dos peixes da região é do tipo morador, ou seja, não faz migrações para fora da bacia, tornando-se assim mais suscetível aos impactos da pressão de pesca.

^[1] Para entender o que são as casas de moradia dos peixes, veja a Narrativa “Os caminhos dos peixes”.


© Dylan Gross, 2008

PEIXES MAIS PESCADOS E CONSUMIDOS

PEIXE DE ESCAMA

Peixes brancos: pescada (*Plagioscion squamosissimus*), aracu (Família *Anostomidae*), pacu (Família *Characidae*), matrinhã (*Brycon* sp), jaraqui (*Semaprochilodus* sp)

Peixes pretos: traíra (*Hoplias* sp), acará ou cará (Família *Cichlidae*), tucunaré (*Cichla* sp), jacundá (*Crenicichla* sp) e piranha (Família *Characidae*)

PEIXE LISO (OU FERAS)

piraiba (*Brachyplatystoma filamentosum*), pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), jandiá (Família *Heptapteridae*), mandi (Família *Pimelodidae*), mandubé (Família *Auchenipteridae*), anujá (*Trachycorystes galeatus*), carauataí (*Auchenipterichthys longimanus*)

No período da seca a pesca é farta, mais rápida por haver uma área menor habitada pelos peixes. No entanto, é também quando eles estão mais magros por encontrarem uma menor oferta de alimentos. Nessas condições uma família consome em média 3 quilos de peixe por dia. Uma comunidade de 25 famílias, por exemplo, cozinha por volta de 2 toneladas de peixe por mês.

Embora seja de **alta diversidade em número de espécies**, a bacia do rio Negro tem uma condição de **baixa piscosidade** e, por isso, possui uma legislação específica que restringe a pesca comercial, a qual é permitida somente dentro dos limites geográficos da própria bacia. Contudo, localmente, a pesca comercial é importante e vem crescendo nos últimos anos. O maior mercado consumidor local é a sede municipal de São Gabriel da Cachoeira.

A pesca de peixes comestíveis com fins comerciais também é feita com diversos apetrechos para capturar uma gama variada de espécies, a depender das condições sazonais e dos locais de pesca. Nesta cadeia produtiva os donos dos geleiros – embarcações de médio e grande porte que transportam pescado congelado –, geralmente residem nas sedes municipais e fornecem o material de pesca (gelo, apetrechos e alimentação para os dias de pescaria) ao pescador que, ao final da pescaria, tem o valor do material descontado do pescado produzido. Trata-se do mesmo sistema – aviamento – que opera na cadeia produtiva das fibras vegetais e da borracha.

OS APETRECHOS E AS DIVERSAS PESCARIAS

APETRECHOS*

As técnicas e os apetrechos de pesca utilizados localmente estão intimamente relacionados aos processos históricos e de ocupação da região, com referências indígenas e de imigrantes.

	caniço e linha de mão
	espindel
Anzóis	espinhelinho
	anzol de espera
	camurim
	pinauaca
	cacuri (fixa)
Armadilhas	cacuri de peixe ornamental (móvel)
	matapi (móvel)
	zagaia
	arpão
Instrumentos de arremesso	jaticá
	arco e flecha
	malhadeira
Redes	rapiché
	puçá
	timbó (cipó)
Venenos**	frutos
	cunami ou cunambi (folha)

* classificação baseada em Cabalzar (2005)

** o uso no médio rio Negro é raro e não será abordado nesta publicação



Carla Daise/ISA, 2005



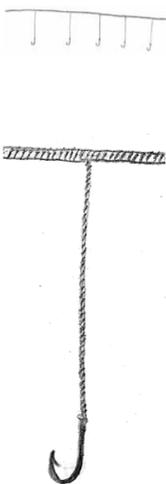
ANZÓIS

O **CANIÇO E LINHA DE MÃO** – o caniço é a conhecida vara de pescar, feita preferencialmente com madeiras flexíveis e resistentes. O uso do caniço – ou somente a linha na mão do pescador – é muito eficiente para quem conhece bem o local e seu potencial. Em geral realizada quando o pescador está na canoa ou no porto da comunidade.

O **ESPINHEL**, também conhecido como espinhelão, é usado para pescar todo tipo de peixe e também quelônios (bichos de casco como tartarugas, cágados e jabutis), variando o tamanho do anzol de acordo com o tipo de pescaria. Quanto menor o anzol, maior o número que o identifica. O espinhel é mais usado para a pesca de peixes lisos, nos igapós e nos rios, em locais mais fundos e onde há correnteza, com objetivo de pegar os peixes maiores, as feras. Ele é preparado pelo pescador em duas etapas: a sustentação principal é uma corda, em geral de número 5 chamada de “estiradeira”, com pesos hoje feitos de concreto e pedaços de ferro, amarrados nas duas pontas, conhecidos como “poitas”, para manter a estiradeira submersa no fundo do rio. A partir das poitas sobem duas linhas com boias grandes, geralmente feitas de madeira leve chamada molongó, garrafa pet ou isopor e amarradas no final, para que o local do espinhel seja identificado na superfície da água. Na estiradeira são amarradas outras cordas, que variam de 40cm a 1 metro, chamadas de “estrovo”, onde estão amarrados os anzóis.

O pescador prepara o espinhel antes de armá-lo no rio, colocando uma isca em cada anzol. Ele primeiro joga uma poita, levando uma das pontas da estiradeira ao fundo do rio, e rapidamente vai atirando os estrovos garantindo que a estiradeira fique esticada. Então lança a segunda poita, terminando o processo. Em geral o espinhel é colocado pela manhã e verificado na hora do almoço. Primeiramente uma poita é puxada e em seguida a estiradeira é esticada aos poucos para verificação de cada estrovo. Após a retirada do peixe fígado, é colocada nova isca e os estrovos vão sendo devolvidos ao fundo do rio para uma nova pescaria. O pescador pode repetir o processo para que haja iscas também durante a noite.

Quando o objetivo é pescar bichos de casco, o espinhel é usado no meio dos lagos e no remanso de praias. Nesta pescaria ele possui um maior número de anzóis, também menores, e estrovos mais compridos, porém com linhas mais finas. As iscas para bichos de casco são em geral frutos: palmito, ingá, banana e outros, mas às vezes se usa pedaços de peixe. As boias são menores para não chamar a atenção de jacarés e o espinhel é atirado de forma que não fique esticado, com as poitas mais próximas, para permitir que o bicho de casco fígado suba à superfície para respirar. Nesta



pescaria – de quelônios – o espinhel precisa ser verificado com maior frequência, pois ao fígado 2 bichos de casco, eles deslocam o espinhel para próximo da superfície ao boiar, impedindo que outros encontrem as iscas restantes.

O **ESPINHELINHO** é uma variação do espinhel, usado para a pesca de peixes de escama. Os anzóis são pequenos (em geral número 16, o mesmo tamanho usado para bichos de casco), uma vez que estes peixes – pacu, aracu e piranhas – são menores e, portanto, têm menos força. Sempre usado no inverno, nos igapós, o espinhelinho é amarrado diretamente em árvores finas e flexíveis que se movimentam quando o peixe é fígado, sem que arrebe a linha. A estiradeira não possui poitas, ficando próxima à superfície da água. As iscas mais comuns para pescar aracu e pacu são minhocas, aranhas e careca, um pequeno fruto.

O **ANZOL DE ESPERA** é semelhante ao estrovo usado no espinhel, sendo mais comprido e com uma corda mais grossa (de 2 a 3 mm), ele é amarrado sozinho em um galho flexível na beirada do rio. Não possui poita ou boia. É usado à noite para fígado peixes lisos: pirarara, piraíba e surubim. As iscas comumente utilizadas são pedaços de peixes: mandi, aracu e outros.

O **CAMURIM** é usado em lagos para pesca de bichos de casco e no leito do rio para peixe liso. É uma boia, feita de madeira molongó (leve), na qual está presa uma corda de aproximadamente 3m com um anzol na ponta, também pequeno (número 15). Ele é mais utilizado solto no lago, mas pode também ser usado em rios e, nestes casos, a corda é mais comprida e com uma poita de chumbo para segurar o anzol no fundo do rio.

A **PINAUCA** é uma isca especial armada numa vara e linha. A linha é forte, semelhante à do espinhel. Nela são bem amarrados dois anzóis, de número 7 a 10. Acima do anzol é amarrada uma espécie de isca-enfeite que ganha movimento em contato com a água. Ela serve para chamar a atenção dos peixes. Antigamente eram usadas penas de arara. Hoje, os poucos pescadores que ainda conhecem essa técnica, usam tecidos coloridos. Preferencialmente usada em pescarias de igapós e em áreas de galhadas e troncos de árvores, na beira de algumas comunidades, o principal peixe fígado é o tucunaré. A pinauca inspirou outro apetrecho conhecido como puxa-puxa, uma isca-enfeite constituída com tiras de sacolas plásticas, mais usada nos lagos no período da seca, sendo arremessada com movimentos constantes para atrair o peixe.

A caça ou pesca de quelônios para comercialização é proibida no Brasil, mas o consumo pelas populações indígenas e tradicionais é reconhecido e permitido pela legislação.



Esplanau de Silve Pinheiro Filho, 2012

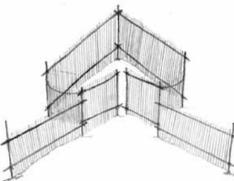


ARMADILHAS

O **CACURI** é construído com talas de paxiúba, uma palmeira que permite confeccionar varas compridas e de uma mesma espessura com maior facilidade. Essas varas são usadas para criar uma espécie de paredão: duas paredes em formato “V”, a favor da correnteza, para segurar o peixe ou bicho de casco que sobe o rio, o forçando a entrar na armadilha e aprisionando o peixe. O cacuri costuma ser construído no começo da enchente, em entrada de igarapés, próximo a barrancos e entre pedras: lugares de passagem dos peixes onde a força da água não vai deslocar a armadilha. Há cacuris de até 4 metros de altura ou profundidade. Os peixes mais pescados são: mandi, aracu, surubim, mandubé e outros. A armadilha também serve para bichos de casco, em geral cabeçudos, nesse caso sendo preparada preferencialmente na cheia, em igapós próximos de restingas, que são áreas menos profundas de aproximadamente 1,5m. Nessa armadilha o pescador pode usar a zagaia ou entrar na armadilha para selecionar os peixes que irá consumir.

O **CACURI para a pesca de peixes ornamentais** é uma armadilha usada em lugares onde o pescador não pode chegar com a sua canoa, onde há as chamadas galhadas e espinhos. É feito com uma tábua mais pesada na parte de baixo e um arco de madeira com suporte superior para o pescador segurar o apetrecho. Telas são costuradas nas laterais, formando uma espécie de caixa aonde é colocada a isca para atrair os peixes pequenos, conhecidos como piabas, especialmente o cardinal (*Paracheirodon axelrodi*). As piabas são armazenadas em viveiros armados em áreas de água corrente ou diretamente nas bandejas de plástico onde serão transportados por via fluvial à capital, para exportação.

O **MATAPI** era uma armadilha muito utilizada pelos pescadores antigos, especialmente para capturar os peixes: pacu, aracu, traíra, acará, entre outros. Sua pesca é feita quando o rio está começando a secar, quando aparecem pequenos pedaços de terra que formam passagens de água apenas nos paranás, lagos e igarapés. Assim, o matapi é colocado na boca dessas passagens, contra a correnteza, para que o peixe entre e não consiga sair. Ele é confeccionado com talas de paxiúba de aproximadamente 1,5m de comprimento e com o cipó ambé, fibra usada para tecer uma corda que entrelaça as talas com uma distância média de 4cm, dando o formato de um cone. Poucos sabem fazê-lo, é mais utilizado no alto rio Negro, uma vez que seu uso também é favorecido pelas pedras e cachoeiras.



Esplanau de Silve Pinheiro Filho, 2012



INSTRUMENTOS DE ARREMESSO



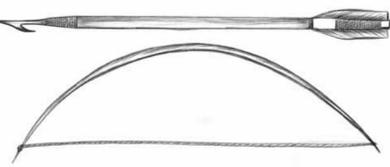
A **ZAGAIÁ** é uma vara de aproximadamente 2 metros de comprimento, pesando até 3 quilos, com uma lança de aço com 3 pontas repletas de pequenos ganchos para prender o peixe. É usada para pesca de arremesso e para faxear, pesca conhecida também como “focagem”, feita hoje com auxílio de uma lanterna ou holofote conectado em uma bateria, a fim de encontrar o peixe à noite e arpoá-lo.

O **ARPÃO** funciona da mesma forma que a zagaia, mas possui uma ponta única, com uma espécie de alça lateral que fígado o peixe. Na outra extremidade, na haste, é amarrada uma corda de aproximadamente 20 braças (quase 35 metros), com uma espécie de boia ao final para não perder o apetrecho, quando este for arremessado. Muito utilizado para peixes lisos, feras e pirarucu.

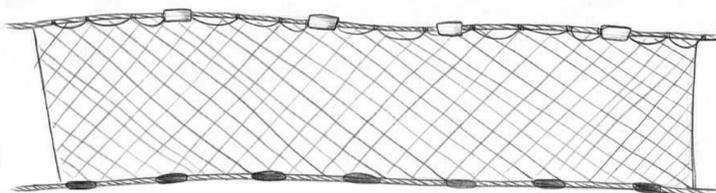


O **JATICÁ** assemelha-se a uma lança, lembra um arpão. É feito com uma vara de madeira longa e uma ponta de aço forte, sem ganchos, para poder fixar no casco de quelônios. Uma vez arpoado o bicho de casco, a ponta fica presa nele, e a corda que prende a ponta à haste de madeira se solta permitindo que ele seja puxado.

O **ARCO E FLECHA** é um apetrecho pouco usado atualmente. O arco é confeccionado a partir de uma madeira flexível para ser curvada ao amarrar a corda, em geral tecida de algodão ou fibra de tucum, ligando uma ponta à outra. A flecha é feita a partir de uma árvore de caule e galhos finos, preferencialmente. Sua ponta é preparada para que uma espécie de arpão seja inserido, amarrado com uma corda e depois feito um acabamento com breu ou cera de abelha. É mais comumente usado em lagos, no verão, onde se pesca traíras e acarás e nos igapós, no começo do inverno, quando os peixes estão fazendo a piracema. Os mais procurados são tucunaré, pacu e aracu.



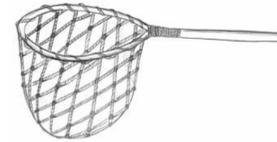
REDES



A **MALHADEIRA** possui diferentes tamanhos, cada malha é mais adequada para o tipo e tamanho de peixe que se pretende pescar, por exemplo: aracu – malha 30mm; piranhas, acarás e tucunarés – malha 50mm; pacu – malha 60mm; pacu-tiui, maior – malha 70mm; pescada – malha 80mm; pacu bola, bem maior – malha 90mm. Ela pode ser usada em qualquer hora do dia e em geral é verificada a cada 2 horas, dependendo do local. Não há regras tradicionais para o uso da malhada, sendo muitas vezes utilizada para fechar a boca de lagos e rios a fim de pegar uma grande quantidade de peixe em pouco tempo. É considerada um apetrecho de pesca predatório por gerar desperdício, especialmente quando as malhadeiras têm malhas pequenas, como 20 e 25mm, e quando são usadas sobretudo pra fins comerciais, em lagos secos e em remansos onde os peixes costumam se reproduzir.

O **RAPICHÉ** trata-se de uma espécie de cesta grande, usado na pesca ornamental apenas nas beiras de igarapés e lugares sem mato ou pequenas galhadas, onde o piabeiro pode chegar com sua canoa. Exige uma confecção trabalhosa, feita a partir de uma vara flexível de aproximadamente 4 metros, chamada “ripeira”, onde são amarradas duas varetas – uma na ponta e outra mais à frente – e, ao meio, é colocada outra vara mais firme para segurar o apetrecho. Nessa estrutura é costurada uma rede ou tela de nylon. Muito usado para pescar cardinal, rosacéu (*Hyphessobrycon* spp), bodó e outros.

O **PUÇÁ** assemelha-se a um coador, feito da mesma tela que o rapiché. Menor, ele tem a função de contar os peixes ornamentais ou pegá-los em menores quantidades.



O 3º Volume da série Pescarias no Rio Negro busca valorizar o modo de vida dos indígenas e ribeirinhos do médio rio Negro, região remota de enorme extensão geográfica, com um rico patrimônio socioambiental, porém sem muita visibilidade nacional do ponto de vista econômico e político.

Com uma dinâmica social que lhe é própria, um histórico de ocupação milenar e projetos de colonização que datam do século XVII, o rio Negro possui uma enorme diversidade sociocultural. Os conhecimentos tradicionais associados às técnicas, apetrechos e relações socioambientais das pescarias são parte deste patrimônio, constitutivo do modo de vida rionegrino e, portanto, fundamental para a preservação e reprodução da sociobiodiversidade regional.

Pescarias no Rio Negro é uma série de publicações sobre as atividades pesqueiras na bacia do Rio Negro. Inclui as diferentes modalidades de pesca, dos povos indígenas, das demais populações tradicionais ribeirinhas e também das empresas de pesca e de turismo. Destinada ao público regional, em vários formatos, sem periodicidade definida e aberta a parcerias, a série pretende publicar subsídios que contribuam para o ordenamento pesqueiro e a sustentabilidade da pesca na maior bacia de águas pretas do mundo.



O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Conselho Diretor
Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Tony Gross, Jurandir M. Craveiro Jr.

Secretário executivo
André Villas-Bôas

Secretária executiva adjunta
Adriana Ramos

Parcerias

São Paulo (sede)
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo SP Brasil
tel: (11) 3515-8900
fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

ISBN 978-85-8226-001-2
9 788582 260012 >

Piracema, a festa dos peixes

Aracus, pacus e acarás estão entre os peixes mais apreciados e consumidos no rio Negro. São espécies que realizam piracema, migram para as nascentes dos rios para realizar a desova. Na teoria indígena, a piracema é uma festa, é o dabucuri dos peixes. Trata-se de uma festa de oferecimento de dádivas entre cunhados e aliados. As relações entre os peixes-gente influencia e é influenciada pelas relações dos homens entre si e deles com outros seres. Observando as mudanças dos locais de piracema, a diminuição de oferta de peixes e a época de frutificação das árvores, os pescadores locais entendem que quando os peixes não conseguem terminar suas festas, por interferência das ações dos seres humanos, eles se vingam e fogem ou provocam doenças. Há quem diga que os peixes estão mudando o período de suas festas para evitar a predação excessiva dos homens, por isso se torna crescente a preocupação no controle dos usos e no respeito às regras tradicionais.



O desenho acima mostra uma embarcação regional com as bandejas de armazenamento e transporte de peixes ornamentais (piabas) em sua cobertura.

Responsável pelo envolvimento de 80% da população no município de Barcelos na década de 70, a comercialização de peixes ornamentais entrou em declínio desde o ano 2000. Devido a diversos fatores, sendo preciso destacar o preço baixo pago pelo milheiro de piabas que permaneceu o mesmo por mais de 20 anos e a estruturação do mercado no exterior, maior consumidor das piabas, que se tornou produtor de algumas espécies em cativeiro, com melhores condições sanitárias, custos mais baixos e de mais fácil acesso. As espécies mais exploradas na região são o cardinal e o acará-disco (*Symphysodon* spp.). Essa cadeia produtiva, assim como a maioria das atividades econômicas e comerciais locais, é baseada nas relações de aviação, o que torna complexo o cenário e dificulta uma reorganização e valorização da produção local.



MODOS DE VIDA, DIVERSIDADE E CONHECIMENTO

Os povos indígenas do rio Negro vivem nessa região há quase 3 mil anos, segundo os estudos arqueológicos. As trocas, as guerras, os casamentos, a maneira de organizar a vida, os conhecimentos sobre a origem do mundo e as relações entre os seres humanos e outros seres (da fauna, flora e das camadas sobrenaturais ou metafísicas), foram fatores indispensáveis para a produção e manutenção da rica sociobiodiversidade do rio Negro.

Os ecólogos afirmam que a vegetação da bacia do rio Negro é composta por floresta antropizada, **paisagens manejadas** pelos povos há séculos, seja pelas áreas de roças antigas que se recompuseram formando capoeiras crescidas (floresta secundária), ou seja, por outras intervenções humanas, como a caça ou extração de produtos: fibras, madeira, frutos, resinas e outros.

Em parte pelo potencial de transformação da floresta e produção de biodiversidade, o jeito de fazer roça no rio Negro foi recentemente reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN / MinC) como patrimônio cultural brasileiro.

O **Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é um patrimônio da cultura brasileira** pelas suas tantas dimensões de saberes e práticas, tais como: a alta diversidade de plantas cultivadas, principalmente das manivas, mandiocas bravas (*Manihot esculenta*); as práticas e conhecimentos associados à forma de plantar e os processos contínuos de inovação e experimentação de variedades de plantas; o valor dos utensílios que processam os produtos da roça e suas características únicas de sociabilidade entre eles e deles com os humanos; a diversidade de receitas e sabores derivados dos produtos da roça e das experimentações das cozinheiras.

A técnica de queima, plantio e manejo de capoeiras, o trabalho de experimentação das agricultoras e a rede de circulação de plantas – que vai de Mitu à Manaus –, e é feita entre as agricultoras vizinhas e parentes, conformam um conjunto de práticas de fazer roça no rio Negro que favorece a **manutenção da grande diversidade de variedades e de conservação da floresta** pela baixa intensidade de exploração do solo com longos períodos de descanso.

A roça e a casa de forno (lugar onde se prepara a farinha) foram reconhecidas como espaços fundamentais de produção de conhecimento, de aprendizado da língua, das histórias. São lugares de reafirmação das relações sociais, de divisão de papéis, afazeres e responsabilidades e, portanto, de valorização da cultura. Estruturantes da família e da vida em comunidade. De maneira semelhante, na atividade de pesca há conhecimentos associados, práticas e saberes que são transmitidos e aprimorados a cada geração, trocados entre os parentes e, muitas vezes, restritos, pois são também motivo de disputa entre as famílias e grupos étnicos.

Os conhecimentos relacionados à prática de fazer roça, inclusive tecer os utensílios de processamento, assim como os associados à engenharia das pescas e dos apetrechos, requerem especializações e bastante tempo de aprendizado. Da mesma forma ocorre com os conhecimentos sobre danças, benzimentos, rezas e rituais. O fazer bem, conhecer o instrumento, sua história, o porquê de cada etapa, do uso de cada material, o potencial e significado de cada detalhe são patrimônios culturais que alavancam diversidade e colaboram para a construção de um **modelo de sustentabilidade dos povos da região** e da floresta amazônica. Garantir que as futuras

MODOS DE VIDA, DIVERSIDADE E CONHECIMENTO

gerações possam aprender, reproduzir, aprimorar e atualizar esses usos e saberes passa por assegurar que as famílias tenham boas condições de vida nas comunidades indígenas e ribeirinhas.

As comunidades indígenas e ribeirinhas prestam um serviço socioambiental único para a preservação das florestas e dos recursos aquáticos. Em boa medida, é graças aos povos tradicionais, seu conhecimento e seus modos de fazer que hoje o rio Negro é uma das regiões mais preservadas da Amazônia – e do mundo – e por isso um lugar incrível para viver ou visitar.

A preservação das riquezas do rio Negro é indissociável do bem viver das comunidades. Para tanto, é necessário o **reconhecimento das áreas de uso e ocupação tradicional**, o respeito ao território necessário para a reprodução física e cultural, para a conservação do ambiente, bem como assegurar que as políticas públicas de direitos desses povos, desde saúde, educação, acesso a comunicação e transporte sejam implementadas.

Para além do reconhecimento do território e em paralelo a esse processo, é preciso pensar em reorganizar o uso dos recursos. Com a proibição da língua indígena pelos colonizadores e pelas missões religiosas, com a inserção de novas relações de trabalho – escravo ou mal remunerado –, com a imobilização das famílias por dívidas e muitas vezes com o impedimento da reprodução e manutenção de seus costumes, muitas práticas deixaram de ser cotidianas, não foram mais ensinadas. Assim, hoje, muitas famílias dependem das várias atividades comerciais, entre elas as pescas artesanais, ornamentais, e turística que se sobrepoem e ocorrem sem planejamento e regras de manejo para acesso ao alimento ou geração de renda. A implementação de um **Plano de Gestão dos recursos naturais**, construído de forma participativa e reconhecendo os direitos das populações tradicionais se faz urgente não só para a conservação da diversidade biológica, mas também para a valorização de processos afirmativos e dinâmicos da cultura local.

O desafio para construção de um ordenamento pesqueiro participativo é grande. Trata-se de mobilizar e articular os diversos atores, com interesses divergentes, a fim de construir acordos de usos compartilhados, regras de conduta e calendários de pesca. O médio rio Negro tem o potencial de ser um cenário privilegiado para o desenvolvimento de um modelo econômico de convivência das diferentes modalidades de pesca, com repartição justa de benefícios e garantia dos direitos territoriais coletivos das populações tradicionais.



Camila Barra/ISA, 2005



Camila Barra/ISA, 2009

PARA SABER MAIS

BARRA, Camila Sobral, DIAS, Carla, CARVALHEIRO, Kátia, (orgs.) Como cuidar para o peixe não acabar, São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2010 (Série Pescarias no Rio Negro, vol 1). *Apresenta dados resultantes de pesquisas sobre as pescas artesanais e esportiva e o histórico dos processos de discussão sobre o ordenamento pesqueiro na região do médio rio Negro.* <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pescarias-do-rio-negro-volume-1/1>

ALVES, Renata, BARRA, Camila Sobral, DIAS, Carla (orgs.) Manejo Pesqueiro no Médio Rio Negro: Recomendações do processo participativo de oficinas para o ordenamento das atividades pesqueiras nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do rio Negro, Amazonas (AM), São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2010 (Série Pescarias no Rio Negro, vol 2) *Apresenta os resultados de mapeamentos, discussão e articulação política em torno das atividades pesqueiras da região, em dois mapas-folders com objetivo de subsidiar a efetiva implementação de um ordenamento pesqueiro que contemple todos os usuários a médio e longo prazo.* http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pesqueiro_santaisabel_02/1 http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pesqueiro_barcelos_02/1

Boletim Rio Negro Socioambiental no 03. Ordenamento territorial é condição para desenvolvimento sustentável do Médio Rio Negro, São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, agosto de 2010.

CABALZAR FILHO, Aloisio & RICARDO, Carlos Alberto (eds.). Mapa Livro. Povos Indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia. São Paulo: Instituto Socioambiental/ISA; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/FOIRN, 1998.

CABALZAR, Aloisio. Peixe e gente no Alto Rio Tiquié, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2005.

ORDENAMENTO PESQUEIRO NO MÉDIO RIO NEGRO

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3006>

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3099>

<http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3225>

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3415>

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3446>

NARRATIVAS INDÍGENAS SOBRE ORIGEM E MODO DE VIDA DOS PEIXES

<http://www.socioambiental.org/pisci/conhecitos.shtm>

http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pamaali_portugues/1 (páginas 25 e 26)

SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL NO RIO NEGRO

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3010>

<http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3227>

<http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3370>

<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf> - Dossiê do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro pode ser baixado no site do Iphan, encontra-se entre os "Bens Registrados"

papel couchê fosco 150g/m²

impressão Fabrorac

tiragem 6000 exemplares

SÉRIE Pescarias no Rio Negro volume 3

PEIXES, PESCARIAS E OS MODOS DE VIVER NO MÉDIO RIO NEGRO

Organização

Camila Sobral Barra e Carla Dias

Textos

Camila Sobral Barra, Carla Dias, Clarindo Chagas Campos, Estanislau da Silva Pinheiro Filho e colaboração de Cleidinaldo dos Santos Soares e Mário Jorge Vitor Lima

Revisão e colaboração

Adelilson Lopes da Silva, Ana Paula Caldeira Souto Maior, Guillermo Moisés Bendezú Estupiñán, Pieter Van Der Veld e Renata A. Alves

Desenhos e fotos de apetrechos

Estanislau da Silva Pinheiro Filho

Desenhos em aquarela

Feliciano Lana

Desenho livre do mapa da comunidade Cauboris

José Aprígio Serafim

Mapa

Renata A. Alves

Projeto gráfico

Renata Alves de Souza | Tipográfico Comunicação



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Peixes, pescarias e os modos de viver no médio Rio Negro / [organização Camila Sobral Barra e Carla Dias]. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2012. -- (Série pescarias no Rio Negro ; v. 3)

Vários colaboradores

Bibliografia

1. Pesca - Brasil 2. Pescadores - Brasil 3. Turismo - Brasil I. Barra, Camila Sobral. II. Dias, Carla. III. Série.

12-09861

CDD-799.10981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Pesca : Esporte 799.10981

3



SÉRIE
Pescarias
no Rio Negro

PEIXES PESCARIAS E OS MODOS DE VIVER NO MÉDIO RIO NEGRO

